

AJUDA MEMÓRIA

PROJECTO DE CAPACITAÇÃO DO SECTOR DA JUSTIÇA MISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO

7 à 18 de Março de 2005

Antecedentes e Objectivos da Missão

1. Uma missão do Banco Mundial visitou Maputo no período de 7 a 8 de Março de 2005 para avaliar, juntamente com as autoridades moçambicanas do sector da justiça, a viabilidade de se preparar um projecto de apoio a este sector. Os objectivos da missão foram: (a) identificar áreas onde um potencial apoio do Banco Mundial, em coordenação com outros esforços ora empreendidos pelo Governo e outros doadores, poderia trazer benefícios concretos, num período de aproximadamente três anos; e (b) confirmar o interesse e comprometimento do Governo em relação ao projecto.
2. No intuito de conhecer as orientações e as prioridades do novo Governo para o sector, a missão manteve várias reuniões valiosas com representantes oficiais, inclusivamente com a nova Ministra da Justiça. Foi também particularmente valiosa as reuniões realizadas no Tribunal Supremo, na Procuradoria Geral e no Centro de Formação Jurídica e Judiciária. A missão realizou, ainda, reuniões com outros segmentos interessados ou participantes no sector, como organizações não-governamentais e a comunidade de doadores no intuito de colher informações relevantes (vide Anexo 1 – lista de contactos feitos).
3. Em discussões com representantes do Governo, a missão notou que o projecto proposto integra a actual 'Estratégia do Banco Mundial para Moçambique' ('Country Assistance Strategy'), e é consistente com os Planos Operativos do Plano Estratégico Integrado do Sector da Justiça. A missão lembrou ainda a visita realizada em meados do ano passado para discutir o relatório da avaliação sectorial conduzida por consultores do Banco. A missão solicitou que esforços fossem feitos para que os comentários finais a este sejam enviados ao Banco até o fim do mês de Março, para que os mesmos pudessem ser incorporados na versão final a ser publicada.
4. O Ministério da Justiça confirmou o seu interesse e comprometimento em relação ao projecto e o desejo manifestado em diversas ocasiões pelas autoridades de obter apoio adicional para os programas visando um melhor desempenho do sector. Durante as discussões, a missão percebeu haver consenso entre as instituições do sector, que a melhoria técnica dos quadros de justiça constitui-se numa das grandes prioridades do sector, principalmente com os chamados oficiais de justiça. Importa mencionar, todavia, que em diversas ocasiões foi citado o trabalho feito pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária – CFJJ, como um passo importante e valioso na formação de quadros para o sector. A missão informou que o objectivo do Banco é

01164105

2005
12/03

apoiar um projecto que complemente de forma harmoniosa os programas de outros parceiros internacionais. Para tanto, o Banco pretende prosseguir em contacto constante com esses parceiros.

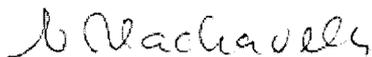
5. A missão informou que havia preparado uma proposta de natureza geral contendo objectivos e componentes do projecto, sendo que a mesma havia sido sujeita a discussão interna antes da missão. Uma sinopse de tal proposta encontra-se no Anexo 2 à esta Ajuda Memória. A missão agradece quaisquer comentários á mesma, inclusivamente sugestões para o nome definitivo do projecto.

Próximos passos

6. A missão anunciou sua intenção de assistir na preparação e aprovar o projecto antes do fim deste ano de 2005. Para que isto ocorra, a missão salientou que é de fundamental importância o empenho do Governo na preparação do mesmo, e que é urgente a nomeação de um representante governamental o mais rapidamente possível, o qual servirá como elo de contacto com a equipa do Banco Mundial e com os demais segmentos do sector. Este representante também seria responsável pela identificação de uma equipa inicial (administração financeira, contratação e aquisição) para assistir na preparação, e eventualmente, na implementação do projecto. A missão informou que aguardará a nomeação de tal representante para as próximas semanas para que possa programar a sua próxima vinda a Moçambique, bem como para tomar outras providências que sejam necessárias para a preparação do projecto.

7. A missão viu como positiva a disposição das autoridades para introduzir mudanças a fim de melhorar o desempenho do sector. A missão agradece toda a hospitalidade e a colaboração manifestadas pelo Governo Moçambicano, e enuncia o seu apreço e determinação na colaboração com o Governo e demais segmentos do sector para o desenvolvimento, melhoria e capacitação do sector legal.

Maputo, 17 de Março de 2005.



*Exma. Sr^a Dr^a Esperança Alfredo Samuel Machavela
Ministra da Justiça
República de Moçambique*



*Alberto Ninio
Advogado Sênior e Gestor do Projecto
Banco Mundial*



LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS

Dra. Esperança Alfredo Samuel Machavela
Ministra de Justiça

Dr. Mário Mangaze
Presidente
Tribunal Supremo

Dr. Joaquim Madeira
Procurador Geral da Republica

Dr. Antonio de Abreu
Administrador
Banco de Moçambique

Dr. João Carlos Trindade
Director
Centro de Formação Jurídico e Judicial

Dra. Angela Melo
Ministério da Justiça

Dr. Abdul Carimo Issá
Director
Unidade Técnica de Reforma Legal

Dra. Benvinda Levi
Presidente
Tribunal da Cidade de Maputo

Dr. Augusto Paulino
Presidente
Tribunal da Provincia de Maputo

General Eduardo Mussanhane
Comando da Polícia
Ministério do Interior

Dr. Carlos Alberto Caiuo
Bastónario
Ordem dos Advogados de Moçambique

Dr. Mário Ussene
Director Geral
Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação

Dr. Jafar Gulamo Jafar
Vice-Presidente
Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação

Dra. Lúcia Ribeiro
Ministra da Corte Constitucional

Dra. Nina Berg
DANIDA

Dr. Taíbo Caetano Mucobora
Director
Faculdade de Direito Eduardo Mondlane

Dra. Alice Mabota
Liga de Direitos Humanos

Handwritten signature and initials

Projecto Capacitação do Sector Legal de Moçambique – Sinopse Preliminar

Objectivo:

O objectivo do projecto é assistir o sector jurídico e judicial de Moçambique na busca de um melhor desempenho na prestação de serviços, tornando o mais efectivo e eficiente. O projecto propõe-se a produzir os seguintes resultados: (a) melhor desempenho dos operadores do sector através de capacitação específica; (b) maior satisfação com os serviços legais por parte dos parceiros interessados; (c) expansão do acesso à justiça para grupos vulneráveis.

Escopo do Projecto:

A selecção final dos componentes dependerá das necessidades prioritárias, contrapartida do governo e parcerias entre o governo e os outros doadores.

As seguintes componentes estão sendo consideradas: (a) capacitação e disseminação; (b) apoio a melhoria no desempenho dos tribunais; e (c) iniciativas no acesso à justiça.

a) A componente de capacitação e disseminação reforçará a capacidade técnica do Centro de Formação Jurídica e Judiciária—CFJJ—localizado na Matola, como uma instituição de primeira linha no ensino superior dos oficiais de justiça. Como o CFJJ só tem infra-estrutura básica para prover treinamento de aproximadamente 30 novos quadros/ano, e devido ao alto número de quadros sem formação superior, esta componente apoiará a reciclagem dos oficiais dentro e fora da região de Maputo. Neste sentido, grande esforço será feito para buscar parceiros internacionais e regionais actuando na área. As actividades específicas desta componente são:

(i) desenho e implementação de curricula/programas de treinamento, inclusivamente treinamento à distancia, e temáticas tais como direito contratual e comercial, a investigação de fraude e corrupção e meios de resolução alternativa de disputas; (ii) desenho e implementação de programas de treinamento para reforçar o desempenho dos tribunais na componente “(a)” acima; (iii) desenvolvimento de estudos e materiais pedagógicos em áreas seleccionadas, incluindo a organização judicial, registos comerciais e de imóveis, tribunais distritais e comunitários, e assistência jurídica aos mais carentes; e (vi) actividades de administração do projecto.

b) Apoio ao desempenho dos tribunais incluirá o desenho e implementação de metodologias analíticas na colecta de dados sobre os casos nos tribunais. Esta componente integrará a componente de capacitação e disseminação, monitorando aqueles, dos quadros da justiça que já foram treinados (e.g., juizes, oficiais de justiça, procuradores), e também apoiará tecnicamente a criação de administradores a serem

integrados nos principais tribunais do país. A criação deste cargo dentro dos tribunais será acompanhado com a modernização dos sistemas de registo e documentação, juntamente com o gerenciamento administrativo e financeiro dos tribunais. Esta última actividade assistirá para assegurar que o ciclo orçamentário do sector seja elaborado sobre um base mais realista, integrada, e racional.

c) *Accesso a justiça* terá como mecanismo um fundo que financiará, através de um processo competitivo, livre e transparente, iniciativas promissoras para expandir e aprofundar o acesso ao direito e a justiça em Moçambique, e buscar maneiras mais céleres na disposição dos casos e aliviar o encargo sobre o sistema judicial formal. Neste sentido, o Fundo estará aberto ao juizes, advogados, tribunais comunitarios, organizações não governamentais, faculdades de direito, etc. Parte desta componente irá assistir em disseminar informação relevante para comunidades locais e organizações não governamentais a fim de assegurar maior cobertura dos serviços jurídicos no país.

28
1/10